



MANUAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

da Universidade Católica de Moçambique

INSTITUTO INTEGRADO DE APOIO À INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

BEIRA – Janeiro de 2015

Ficha Técnica

Título:

Manual de Investigação Científica da Universidade Católica de Moçambique

Autores:

*Fernando Canastra
Frans Haanstra
Martins Vilanculos*

Copyright:

*Instituto Integrado de Apoio à Investigação Científica
2.ª Edição – Janeiro de 2015
Universidade Católica de Moçambique
Rua Marquês de Soveral, 960
C.P. 821, Beira
Tel. 23 313 077 – Fax: 23 311 520
E-mail: ijaic@ucm.ac.mz*

Impressão e acabamentos

Craft Chadambuka

Índice	
Ficha Técnica	2
Prefácio	4
Abreviaturas	5
INTRODUÇÃO	6
Cap. 1 – PARADIGMAS DE INVESTIGAÇÃO	7
1.1 Paradigma quantitativo	8
1.2 Paradigma qualitativo	10
1.3 Paradigma misto.....	13
Cap. 2 – COMO ELABORAR UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO?	15
2.1. Escolha e definição do tema	15
2.4 Metodologia.....	18
2.5 Template de um Projecto de Investigação.....	21
Cap. 3 – COMO ELABORAR UM RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO?	25
3.1. <i>Template</i> de um Relatório de Investigação.....	25
Cap. 4 – COMO ELABORAR UM ARTIGO CIENTÍFICO?	29
4.1. Estrutura de um artigo científico	29
4.2. Critérios de elaboração de um artigo científico.....	30
4.3. Exemplo de uma avaliação <i>peer review</i>	31
4.4. <i>Template</i> de um artigo científico	33
Cap. 5 – ALGUNS EXEMPLOS DE MODALIDADES DE TEXTOS CIENTÍFICOS E/OU ACADÉMICOS	35
5.1. Monografia e Dissertação/Teses.....	35
Cap. 6 - RECURSOS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA	37
Cap. 7 - PROCEDIMENTOS E EXEMPLOS PARA APLICAR AS NORMAS APA	42
CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

Prefácio

O Manual, que temos a honra de apresentar, constitui um esforço e uma tentativa de criarmos condições favoráveis para promover a pesquisa, a divulgação e a publicação da actividade científica produzida na Universidade Católica de Moçambique (UCM).

Queremos investir, cada vez mais, na institucionalização de práticas de investigação orientadas por critérios de qualidade e excelência científicas. Acreditamos que, na UCM, temos potencial para explorar e otimizar as actividades de investigação que já se realizam. Na realidade, do que precisamos, urgentemente, é de mobilizar este capital experiencial que vai circulando, ainda que nem sempre de forma organizado e sistematizado.

Assim, o principal propósito deste Manual é facilitar a organização e sistematização destas práticas, procurando adoptar uma linguagem comum, pautada por critérios de rigor científico.

Exortamos, por isso, os docentes e discentes a assumirem este desafio relacionado com o investimento em práticas de investigação nas mais diversas modalidades. A nossa Universidade, devido à sua especificidade, não pode ficar, apenas, na produção de conhecimento teórico e fundamental. Para além desta vertente, importa apostar, também, em práticas de investigação orientadas para a formação integral das pessoas e para o desenvolvimento das comunidades (locais).

É neste contexto que se inscreve o aparecimento deste Manual. O seu principal propósito visa dotar os docentes e discentes de ferramentas metodológicas que os ajudem a produzirem conhecimento útil, tanto ao nível pessoal e social, como profissional.

O Magnífico Reitor

Prof. Doutor Pe. Alberto Ferreira

Abreviaturas

(utilizadas nas citações / referências bibliográficas)

- Cap. (capítulo)
- Ed. (edição)
- Ed. rev. (edição revista)
- 2.^a ed. (segunda edição)
- Ed. ou Eds. (editor ou editores)
- Trad. (tradutor)
- s.d. (sem data)
- p. ou pp. (página ou páginas)
- Vol. ou Vols. (volume ou volumes)
- Rel. Tec. (Relatório Técnico)
- Supl. (suplemento)
- S.l. (sem local)



INTRODUÇÃO

*A investigação científica tem, também,
como missão produzir conhecimento
útil e emancipatório.*
(Os autores)

O presente Manual tem como principal propósito apoiar os docentes e discentes da UCM que realizam actividade de investigação científica. Constitui um guia metodológico ao nível da organização, produção, divulgação e publicação da actividade científica.

A sua utilidade inscreve-se na necessidade de estabelecer e adoptar alguns procedimentos comuns em termos da “arte de fazer pesquisa”. O propósito, porém, não é uniformizar o modo de fazer ciência, mas, conscientes da complexidade, por um lado, e perante as especificidades associadas aos contextos e geografias, por outro lado, propor uma linguagem comum capaz de estabelecer “uma leitura dialógica” dentro da multi-referencialidade epistemológica e metodológica.

O objectivo específico, deste Manual é procurar definir alguns critérios comuns (partilhados) no campo da divulgação e publicação da actividade científica realizada na UCM.

Importa, ainda, referir que o presente Manual não pretende substituir a consulta de outros manuais de especialidade na área de investigação. Aliás, aconselhamos vivamente os nossos leitores a triangular as perspectivas aqui convocadas.

O Manual encontra-se organizado em quatro grandes secções: (i) Paradigmas de investigação; (Capítulo 1), (ii) Como elaborar um projecto de investigação? (Capítulo 2); (iii) Como elaborar um relatório de investigação? (Capítulo 3); (iv) Como elaborar um artigo Científico? (Capítulo 4); (v) Alguns exemplos de modalidades de textos científicos e/ou académicos (Capítulo 5); (vi) Recursos e instrumentos de pesquisa (Capítulo 6); (vii) Procedimentos e exemplos para aplicar as Normas (APA) (Capítulo 6).

A Equipa, responsável pela elaboração deste Manual, deseja que todos os docentes e discentes da UCM possam tirar partido deste instrumento metodológico, no campo da produção, divulgação e publicação científicas.



Cap. 1 – PARADIGMAS DE INVESTIGAÇÃO

Fazer ciência não é um exercício fácil, pois, dependendo do olhar que se privilegie, teremos epistemologias próprias e percursos diferenciados para chegar ao mesmo objectivo: produzir conhecimento sobre a realidade empírica.


Por conseguinte, não temos uma única via para aceder ao conhecimento científico, uma vez que há vários paradigmas que nos podem orientar nesta actividade. A título meramente ilustrativo, podemos dar conta desta complexidade, tendo por base a literatura de especialidade mais relevante:

Figura 1 – Pluralidade de enfoques, métodos e instrumentos

Enfoque	Tipo de Estudo (método)	Instrumentos / Técnicas
Quantitativo	Descritivo	<i>Inquérito por questionário</i> (Survey, entrevistas estruturadas...)
	Correlacional	Escalas de medição (testes em diversas modalidades...)
	Experimental (quase-experimental)	Testes (ensaios, índices...)
Qualitativo	Interpretativo (hermenêutico)	<i>Análise documental</i> (entrevistas, histórias de vida...)
	Etnográfico	<i>Observação naturalista</i> (notas de campo, entrevistas, pesquisa documental...)
	Investigação-acção	<i>Observação participante</i> (inquérito por entrevista, discussão de grupos, pesquisa documental...)
Misto	Estudo exploratório (qualitativo)	<i>Entrevistas</i> (preparação do inquérito por questionário)
	Descritivo (quantitativo)	<i>Inquérito por questionário</i>

Se analisarmos, com detalhe, a figura acima, podemos concluir que o que tende a caracterizar a actividade científica é o reconhecimento da pluralidade epistemológica e metodológica. Com efeito, se começarmos por nos referir ao enfoque, em termos de uma análise tipo-ideal, deparamo-nos perante três paradigmas (ou enfoques):

- (a) Quantitativo
- (b) Qualitativo
- (c) Misto

 <p>Nota</p>	<p>O termo "paradigma", neste contexto, significa que a realidade empírica é perspectivada de várias formas e partir de diversos ângulos. Assim sendo, dependendo do "ponto de vista" em que nos colocamos, "vemos" de uma determinada forma e seleccionamos um determinado ângulo do fenómeno ou acontecimento em estudo. A complexidade a partir da qual apreendemos a realidade é enorme, obrigando-nos a "seleccionar" um determinado olhar e a ser coerente com ele. Paradigma, neste sentido, é o modo com vemos e interpretamos a realidade na qual estamos inscritos, seguindo determinados pressupostos epistemológicos e procedimentos metodológicos.</p>
---	---

1.1 Paradigma quantitativo

Este paradigma, do ponto de vista filosófico, inscreve-se nas correntes do empirismo, positivismo e realismo. Para um aprofundamento destas correntes pode consultar-se Sampieri, et al. (2006) e Vilelas (2009).

1.1.1 Enfoque

Procurando evidenciar o essencial deste paradigma, podemos referir que este enfoque parte da ideia de que existe uma realidade objectiva e independente das nossas crenças e experiências subjectivas. É possível produzir um conhecimento objectivo e neutro, desde que o investigador se mantenha distante do objecto de estudo. Para tal, importa produzir instrumentos rigorosos e confiáveis, de modo a que a subjectividade do investigador seja reduzida o mais possível.

Assim, salientamos as seguintes características:

- (a) O enfoque quantitativo sustenta que existe uma realidade objectiva e que pode ser conhecida de forma confiável.
- (b) Para que se garanta esta objectividade, importa seguir determinadas regras lógicas (o método científico).

- (c) Uma das condições determinantes para garantir a neutralidade entre o investigador e o objecto de estudo é conceber instrumentos rigorosos e serem objecto de um processo de validação científica, antes mesmo de os aplicar no campo.

A meta do enfoque quantitativo visa:

- (a) A medição numérica em busca de quantidades;
- (b) Ou em busca de diferenças e associações entre fenómenos (variáveis).

O papel do investigador, neste enfoque, assume-se como um observador distante de objecto.

Em termos analíticos, utiliza procedimentos estatísticos (testes paramétricos e não paramétricos), recorrendo, para tal, a *software* apropriado (pacotes estatísticos), para apoiar os cálculos/análise. A grande finalidade da análise é, através de cálculos estatísticos, expressar generalizações ou leis teóricas.

1.1.2 Métodos

No que concerne aos métodos (ou tipo de estudo), basicamente, poderemos referir três:

- (a) Descritivo;
- (b) Correlacional/associativo;
- (c) Experimental (ou quase-experimental).

O método descritivo, um dos métodos mais usados no enfoque quantitativo, é, habitualmente, usado para descrever a realidade estudada; é como se tirasse uma fotografia, para dar conta da realidade como ela aparece ou como si impõe aos indivíduos, num certo momento ou tempo. Para este tipo de estudo, normalmente, utiliza-se o inquérito por questionário (*survey*) ou entrevista estruturada. Quando se observam as fórmulas (por vezes, mas nem sempre) previstas para a selecção das amostras, então podemos, a partir dos resultados, produzir generalizações para outros contextos similares. Neste tipo de estudo, não se parte de hipóteses, uma vez que não se procura estabelecer relações causais entre variáveis.

O método correlacional ou associativo usa-se, normalmente, em caso de estudos que relacionam variáveis, sendo que o tipo de variáveis determina a escolha dos testes estatísticos a serem aplicados. O objectivo dos estudos correlacionais é medir duas ou mais variáveis e examinar se há uma relação entre

elas. Neste tipo de estudo, formulam-se hipóteses, pois parte-se de uma predição sobre os resultados esperados com base na teoria sistematizada ou postulados empíricos.

O método experimental (ou quase-experimental) visa demonstrar relações de causa e efeito, manipulando uma variável independente, produzindo, possivelmente, mudanças correspondentes na variável dependente. Para que estejamos perante um efectivo estudo experimental, é necessário que a amostra seja definida aleatoriamente e que os elementos desta sejam aleatoriamente distribuídos pelo grupo(s) de tratamento e o grupo (s) de controlo. Neste tipo de estudo, formulam-se hipóteses, pois, o que se pretende é verificar a relação de causa-efeito no estudo realizado. Em casos em que não se consigam respeitar estes critérios, então pode-se falar de um método quase-experimental.

1.1.3 Instrumentos/técnicas

No enfoque quantitativo, as principais técnicas de recolha de dados são:

- (a) Inquérito por questionário (*survey*) ou entrevista estruturada com categorias de resposta pré-definidas;
- (b) Escalas de medição;
- (c) Testes.

Dependendo do tipo de estudo que se queira levar a cabo, poder-se-á escolher um destes instrumentos ou técnicas. Particularmente, no caso dos estudos descritivos, um dos métodos mais usados, a técnica privilegiada é o inquérito por questionário ou a *survey*.

1.2 Paradigma qualitativo

Este paradigma, do ponto de vista filosófico, inscreve-se nas correntes do idealismo, fenomenologia e hermenêutica. Para um aprofundamento destas correntes, pode consultar-se Flick (2005) e Vilelas (2009).

1.2.1 Enfoque

Sem pretendermos aprofundar este modo de fazer ciência, podemos sintetizar algumas das suas características:

- (a) O enfoque qualitativo assume que a realidade é uma construção social;

- (b) Essa realidade subjectiva vai ser construída na interacção entre o investigador e o fenómeno em estudo;
- (c) Para este enfoque, a forma confiável para conhecer a realidade, é por **interpretação** dos sentidos (significados) que os actores atribuem a um determinado fenómeno ou acontecimento;
- (d) O objecto de estudo, neste enfoque, inscreve-se na singularidade das situações contextuais;
- (e) A finalidade deste enfoque visa compreender os sentidos/significados co-produzidos pelos actores em contexto, sendo que o investigador procura, tão-somente, ser um intérprete a partir das narrativas/textos produzidos pelos participantes no estudo (Flick, 2005; Mack, et al., 2005).

A meta do enfoque qualitativo visa:

- (a) Interpretar as percepções recolhidas para lhes atribuir significado;
- (b) Conhecer com profundidade o “como” e o “porquê”.

O papel do investigador, neste enfoque, sendo o principal instrumento de recolha de dados, assume-se como observador participante em todo o processo investigativo.

Em termos analíticos, o investigador interpreta os textos (*corpus* de dados), tendo como referente os contextos dos actores que participam no processo investigativo.

Por conseguinte, com o paradigma qualitativo não se pretende “medir” a realidade estudada, mas “compreender”, a partir dos actores em contexto, os significados produzidos em torno da actividade desenvolvida por estes. Por essa razão, não parece correcto falar de hipóteses, neste enfoque, uma vez que o foco do estudo é exploratório e os “dados” são colhidos de forma flexível e emergente.

1.2.2 Métodos

Do ponto de vista dos métodos, podemos constatar que este enfoque privilegia, sobretudo, métodos que se centram na análise documental, na observação naturalista e na observação participante. Assim, procurando sintetizar a diversidade de métodos identificados na literatura de especialidade, podemos concluir que os mais significativos são os seguintes:

- (a) Interpretativo (hermenêutico);
- (b) Etnográfico;
- (c) Investigação-acção (investigação participante);

(d) Estudo de caso.

No que concerne ao método interpretativo ou hermenêutico, podemos referir que, a base empírica que sustenta este tipo de estudo, são os textos produzidos pelo investigador, tendo como suporte os registos que foi fazendo no decurso da investigação (entrevistas, notas de campo...) ou textos provenientes da pesquisa documental. A título de exemplo, na área do Direito, este é o método mais usado, uma vez que a sua base são documentos de carácter legislativo.

Relativamente ao método etnográfico, podemos salientar a dimensão cultural e contextual do objecto de estudo. A base empírica que sustenta a análise do investigador é o contexto cultural e simbólico das pessoas e das comunidades. Neste caso, as notas de campo são o meio privilegiado para a recolha de dados, sendo que a observação naturalista constitui, também, a técnica mais usada. A título de exemplo, os antropólogos, habitualmente, usam este método, uma vez que procuram compreender o contexto cultural a partir do qual os actores interpretam o sentido que atribuem à realidade social.

No que diz respeito ao método da investigação-acção, habitualmente, ele é usado quando o investigador procura estudar um determinado tipo de intervenção (social ou profissional) e onde ele próprio faz parte (ainda que seja temporariamente) do contexto em estudo. A observação participante (recorrendo a entrevistas, discussão de grupos, pesquisa documental) constitui o principal instrumento de recolha de dados. O que caracteriza este tipo de estudo é o facto de o investigador participar, de forma directa, no próprio objecto de estudo, havendo, neste caso, uma implicação ou um comprometimento, por parte do investigador, em relação ao objecto de estudo.

Quanto ao estudo de caso, podemos concluir que constitui um método privilegiado para estudar fenómenos ou acontecimentos sociais que revelam uma singularidade e, ao mesmo tempo, uma complexidade, em termos de apreensão global. O seu carácter único e a ausência de estudos empíricos similares, faz com que este método possa introduzir-nos numa primeira aproximação (exploratória) empírica ao objecto de estudo. Assim, o *contexto natural* (ecológico) passa a ser o cenário privilegiado da colheita de dados. Importa, ainda, referir que ao quisermos estudar um fenómeno numa óptica holística e dentro da sua complexidade própria, torna-se um imperativo recorrer à triangulação de instrumentos de recolha de dados. Habitualmente, a observação participante (ou não participante), as entrevistas (ou questionários) e análise documental, são técnicas imprescindíveis para captar a complexidade de que se reveste este tipo de estudo.

1.2.3 Instrumentos/técnicas

O paradigma qualitativo privilegia a mobilização de instrumentos/técnicas de recolha e análise de dados para aceder aos significados dos actores em estudo. Por isso, observação naturalista, a entrevista (nas diversas modalidades), a discussão de grupos (*focus groups*), pesquisa documental e a análise de conteúdo (ou a análise narrativa) são as técnicas mais usadas pelos investigadores.

Do ponto de vista da recolha de dados, em bom rigor, do que se trata é de apreender o sentido que os actores atribuem aos seus discursos e às suas práticas. Assim, mais do que “dados” seria preferível falar de “narrativas” (textos) a partir dos quais o investigador irá interpretar os significados co-produzidos entre este e os participantes no estudo.

Já no que concerne a análise do “material” recolhido, tratando-se de narrativas/textos, a técnica mais usual é a técnica de análise de conteúdo ou técnica de análise narrativa (Canastra, 2009; Guerra, 2006).

A primeira assume um carácter mais estruturante, recorrendo a categorias de análise previamente seleccionadas com base nos objectivos da investigação e tendo como referente o quadro teórico produzido (Flick, 2005).

A segunda privilegia uma maior flexibilidade na organização do material seleccionado, deixando para o leitor a tarefa de dar sentido a partir da sua própria interpretação. O investigador limita-se a organizar o material, de forma mais ou menos coerente, mas silencia ao máximo a sua voz, para dar mais expressão às vozes das narrativas/textos. Na realidade, a parte analítica quase é inexistente, dando lugar, de destaque, à leitura narrativa (Flick, 2005).

1.3 Paradigma misto

Em bom rigor, não se está a falar de um paradigma ou enfoque, mas de uma combinação de instrumentos e técnicas, habitualmente associadas aos diversos tipos de estudo. Por exemplo, o método descritivo utiliza, habitualmente, o inquérito por questionário para a colecta de dados. Contudo, pode acontecer que numa determinada fase do estudo (início ou no *terminus*), se tenha que usar outras técnicas, também, associadas a métodos de estudo, cujo enfoque é qualitativo (como, por exemplo, o método interpretativo ou o etnográfico).

Vejamos o exemplo referido, do método de estudo descritivo. Estamos perante um enfoque quantitativo. Todavia, podemos numa primeira fase utilizar entrevistas para clarificar algumas questões que queremos incorporar num inquérito por questionário. Assim, numa primeira fase exploratória, estaríamos no enfoque qualitativo, mas, na fase determinante do estudo, o enfoque é quantitativo. Também, pode acontecer o contrário. Aplicar um inquérito por questionário e no fim do estudo, constatando que há resultados duvidosos ou pouco claros, podemos entrevistar alguns dos respondentes para clarificarmos alguns dos resultados produzidos.

Como se pode constatar, e sendo rigorosos, estamos, normalmente, perante um enfoque predominante, que pode recorrer a instrumentos ou técnicas diversificadas. Contudo, o olhar que prevalece é, apenas, o de um determinado método ou tipo de estudo. A complementaridade de instrumentos/técnicas é, em si, recomendável, quando o objecto de estudo o exigir.



Cap. 2 – COMO ELABORAR UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO?

Em qualquer processo investigativo, pelo menos na academia, torna-se necessário planificar um conjunto de actividades para nos orientarem no estudo em causa. A esta planificação, habitualmente, chamamos de “projecto de investigação”.

Um projecto de investigação consiste, assim, numa primeira aproximação a um determinado objecto de estudo. Procura-se definir a problemática, os termos-chave (conceitos) que irão dar inteligibilidade teórica ao processo investigativo, a opção metodológica mais ajustada e a calendarização das tarefas a realizar no decurso do estudo. De seguida, iremos apresentar e descrever, de forma sucinta, os principais componentes de um projecto de investigação.

2.1. Escolha e definição do tema

Habitualmente, o projecto de investigação dá início quando por observação, curiosidade, preocupação, questionamento, ou por recomendação de um estudo anterior, queremos saber mais sobre um determinado assunto, fenómeno, tema ou problema.

Começa, assim, a investigação, escolhendo e definindo um tema. Este surge, normalmente, a partir das seguintes situações (Barros & Lehfeld, 1999, citado por Vilelas, 2008):

- (a) Observação do quotidiano
- (b) A vida profissional
- (c) Programas de investigação
- (d) Contacto (conversas) com especialistas
- (e) Sugestões de estudos já realizados
- (f) Estudo da literatura especializada

O ponto de partida pode, como acabámos de referir, ser uma destas situações. Contudo, após esta primeira fase, importa seguir algumas recomendações:

- (a) Seleccionar um tema concreto e acessível

- (b) Escolher uma temática conhecida
- (c) Encontrar áreas de trabalho nas quais se pode contar com uma ajuda efectiva
- (d) Encontrar um tema de investigação que tenha, tanto quanto possível, um real interesse para si.

Em síntese, estes são os primeiros passos a dar na elaboração de um projecto de investigação. Na secção seguinte, iremos debruçar-nos sobre a questão da problemática, eixo central de uma investigação científica.

2.2 Problemática

Após termos definido e escolhido um tema ou uma área de interesse, chega, agora, o momento de saber como se define o problema de investigação.

O problema de investigação orienta-nos em todo o processo investigativo. Ele constitui a pedra angular do *design* de qualquer investigação científica. Habitualmente, na definição do problema seguem-se a alguns procedimentos:

- (a) O que diz a literatura sobre a problemática em estudo?
- (b) Já foram feitos estudos empíricos sobre esta problemática?
- (c) Que recursos bibliográficos há nesta área?
- (d) Que condições organizacionais e financeiras existem para operacionalizar o estudo?

Depois de realizar este questionamento, segue-se a formulação da pergunta de partida, tendo em linha de conta o tipo de enfoque e o método de estudo que melhor se ajuste ao que queremos investigar.

Se o estudo que queremos realizar já produziu resultados, ainda que noutros contextos, podemos formular hipóteses para testarmos no nosso contexto de estudo (enfoque quantitativo). Contudo, se não tivermos conhecimento sistematizado sobre a nossa problemática, então, é mais ajustado definir perguntas específicas (questões de investigação), optando neste caso por escolher um enfoque qualitativo, uma vez que ainda estamos numa fase exploratória naquela área do conhecimento.

Uma outra questão que, habitualmente, se coloca é se se devem definir objectivos, para além da enunciação das questões de investigação ou da formulação de hipóteses? A resposta não é linear. Dependendo das tradições (escolas) académicas e das geografias culturais, podem surgir diversos modelos alternativos.

Assim, no caso da UCM, as práticas existentes apontam para a necessidade de formulação de objectivos. Por esta razão, importa ter presente que os objectivos procuram expressar as actividades a desenvolver no decurso da investigação.


Exemplo:

Objectivo geral – O projecto de pesquisa visa comparar os hábitos de estudo (em grupo-sozinho) e os resultados obtidos no fim de um bloco.

Objectivos específicos:

- (a) Classificar os hábitos de estudo dos estudantes (grupo informal-sozinho)
- (b) Recolher informação sobre os resultados de estudo
- (c) Relacionar os hábitos de estudo com os resultados obtidos.

Estes objectivos pretendem concretizar, em termos de actividades de investigação, o que queremos estudar: *Será que os estudantes, que estudam em grupos informais fora das aulas, terão melhores resultados no fim do módulo (bloco), do que os estudantes que estudam sozinhos?*

 <p>Nota</p>	<p>O problema é um “problema de investigação” quando, a partir da literatura de especialidade ou de estudos empíricos já realizados, há elementos de compreensão que nos permitam avançar para a sua resolução ou problematização. A resposta pode não ser, sempre, positiva, mas o que importa é conseguir uma explicação plausível e fundamentada para o questionamento feito no estudo. Mesmo que, em vez da resposta esperada, surjam outras perguntas ou outras questões, particularmente nos estudos cujo enfoque é predominantemente qualitativo.</p>
---	--

2.3 Definição de termos (revisão de literatura)

Num projecto de investigação, após a definição clara, e o mais objectivamente possível, do problema, importa definir os termos-chave (ou conceitos) que sustentarão o nosso quadro interpretativo.

Trata-se de dar início à chamada “revisão da literatura” que deve fundamentar o quadro teórico convocado para o estudo. Claro que ainda estamos numa fase exploratória, mas importa, desde logo, começar a pesquisar a bibliografia de especialidade, para percebermos o “estado da arte” sobre aquela área de conhecimento.

O quadro teórico constitui uma fase necessária para “preparar” os instrumentos de recolha de dados, uma vez que a “teoria” (teorias) nos permite(m) ponderar a metodologia mais apropriada para a problemática em estudo.

Por sua vez, é mediante a revisão de literatura que nos colocamos em contacto com estudos já feitos na área de conhecimento em que se inscreve a nossa problemática. Esta pesquisa torna-se decisiva, pois, podemos, desde logo, perceber alguns dos resultados já produzidos e o tipo de instrumentos usados. Assim, será mais fácil escolher os instrumentos que podem ser usados de modo a realizar uma outra aproximação metodológica.

Já nos estudos enquadrados no enfoque quantitativo, a revisão de literatura permite-nos definir as variáveis do estudo e, conseqüentemente, a possibilidade de formular hipóteses. Estas resultam de uma revisão sistemática da teoria ou teorias relacionadas directa ou indirectamente com o nosso estudo. Caso contrário, é aconselhável optar por uma abordagem exploratória (qualitativa) de modo a podermos clarificar e aprofundar o objecto de estudo.

2.4 Metodologia

Como acabámos de referir, a metodologia é determinada pela problemática e pela pesquisa de estudos já feitos, e é partir desta que poderemos ajustar a nossa opção metodológica. Por isso, o que determina esta fase é a problemática em estudo em articulação com a revisão de literatura.

Dentro desta fase, há um conjunto de tarefas que devem ser realizadas, tais como:

- (a) Definir o tipo de estudo (ou método de estudo);
- (b) Seleccionar a amostra (ou participantes) do estudo;
- (c) Seleccionar os instrumentos/técnicas de recolha e análise de dados;
- (d) Definir o modelo de análise de dados;
- (e) Apresentar as limitações do estudo;
- (f) Calendarização das tarefas investigativas.

2.4.1 Tipo de estudo (ou método de estudo)

A definição do tipo de estudo ou método de estudo depende, como já foi referido, da problemática em estudo. Assim, se formos para o exemplo, acima referido (2.2. Problemática), o estudo pode ser

considerado experimental (ou, em termos rigorosos, quase-experimental), uma vez que se pretendia saber se estudar em grupos informais “causa” melhores notas do que estudar sozinho. Por conseguinte, pretendia-se saber se existe uma relação “causa-efeito”. Por sua vez, será considerado **quase-experimental** pelo facto de o grupo de “tratamento” não ter sido seleccionado de forma aleatória (para aprofundar este tema, consultar Sampieri, et al., 2006).

2.4.2 Universo / amostra (ou participantes)

O universo (também chamado população) é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Exemplo: todos os estudantes moçambicanos que possuem um computador portátil.

A amostra, por seu lado, é o subconjunto do universo do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo.

Em projectos de investigação que pretendam fazer generalizações sobre populações com elevado número de indivíduos, aplicam-se fórmulas estatísticas para calcular o tamanho da amostra. Este tipo de amostra é designado como “amostras probabilísticas” (para aprofundar este tema, consultar Gil, 2008; Sampieri et al., 2006).

Importa, todavia, referir que nem todos os estudos têm, efectivamente, uma amostra. É o caso dos estudos inscritos no enfoque qualitativo, que procuram explorar algo ainda pouco conhecido e com escassa literatura ou falta de estudos empíricos. Neste caso, como o estudo é “localizado” e circunscrito a uma determinada situação ou fenómeno (singular e complexo), opta-se por escolher participantes que assumam um estatuto de “informadores privilegiados”. A selecção destes informantes é feita de forma conveniente, tendo como critério a “representatividade social” (Guerra, 2006). Como consequência, os resultados produzidos no âmbito deste tipo de estudos não permitem, em princípio, generalizar ou replicar os seus resultados para outros contextos.

2.4.3 Instrumentos/técnicas de recolha e análise de dados

Os instrumentos/técnicas de recolha e análise de dados constituem um momento decisivo, dado que, parte da validade científica dos resultados, resultam do modo como estes são organizados e aplicados.

No caso dos estudos enquadrados no enfoque quantitativo exige-se, ainda maior rigor na sua concepção, uma vez que, na fase da sua aplicação, o investigador não se encontra, em princípio, presente e, também, pelo facto de se advogar um distanciamento do investigador face ao objecto em estudo. Em todo o caso, mesmo quando o investigador manipula as variáveis em estudo (por exemplo nos estudos experimentais), o rigor da cientificidade está associada ao rigor da concepção dos instrumentos/técnicas usados. Daí obedecerem uma lógica altamente estruturada e havendo necessidade de se testarem com rigor e precisão os testes, as escalas ou os inquéritos por questionário usados, antes do início do estudo principal.

Quanto aos estudos inscritos no enfoque qualitativo, pela razão de se considerar o investigador como o principal instrumento de recolha e análise de dados e, ainda, pelo facto da sua própria subjectividade estar presente ao longo do processo investigativo, os instrumentos/técnicas usados acabam por ser mais flexíveis e pouco estruturados, ainda que haja a necessidade de serem aplicados com rigor e coerência de acordo com os objectivos da investigação.

Relativamente ao facto de se poderem combinar e articular instrumentos/técnicas provenientes de enfoques diferentes não constitui um problema. Na realidade, podemos optar por um determinado tipo de estudo, por exemplo descritivo, que se enquadra no enfoque quantitativo. Contudo, podemos usar inquéritos por questionário e entrevistas semi-estruturadas, dependendo dos objectivos do estudo, sem no entanto entrarmos em conflito epistemológico, uma vez que o que determina a coerência do estudo é o facto de estarmos perante um determinado método de estudo e seguir os procedimentos que lhe estão associados de forma coerente e exigente.

A complementaridade de instrumentos/técnicas é, aliás, recomendável, particularmente quando estamos perante estudos que se enquadram no enfoque qualitativo, de modo a garantirmos a triangulação metodológica e reduzir, assim, tanto quanto possível os efeitos da subjectividade inerentes a este tipo de estudos.

2.4.5 Modelo de análise de dados

Ainda dentro da secção “metodologia”, nos projectos de investigação torna-se necessário definir o modelo de análise de dados, que, dependendo dos objectivos do estudo, pode ter como propósito **medir, quantificar, estabelecer associações ou procurar diferenças** da realidade estudada (enfoque quantitativo) ou **compreender** os processos de construção social da realidade significada pelos actores em estudo (enfoque qualitativo).

No caso dos estudos enquadrados no enfoque quantitativo, normalmente, recorre-se a testes paramétricos ou não paramétricos com suporte de pacotes estatísticos, para analisar os dados (para aprofundar este tema, consultar Sampieri, et al., 2006).

Quanto aos estudos inscritos no enfoque qualitativo, habitualmente, usa-se a análise de conteúdo, podendo, neste caso recorrer, também, a um tratamento estatístico de tipo descritivo. Todavia, nos estudos “tipo etnográfico” tende-se a privilegiar uma análise de carácter narrativo, isto é, mais do que convocar categorias de análise definidas *a priori* a partir dos objectivos e do quadro teórico, opta-se por organizar o material recolhido em função de categorias emergentes ao longo do processo investigativo (para aprofundar este tema, consultar Flick, 2005 e Guerra, 2006).

2.4.6 Limitações do estudo

Nos projectos de investigação há, ainda, a necessidade de apresentar as limitações do estudo. Por exemplo, limitações relacionadas com as condições financeiras que o investigador precisa para realizar a pesquisa no campo; limitações relacionadas com constrangimentos de falta de tempo; limitações relacionadas com o processo de generalização dos resultados em estudos enquadrados no enfoque qualitativo ou, ainda, em estudos de tipo quantitativo que não apresentam amostras probabilísticas; etc..

A credibilidade de um estudo científico passa, também, por assumir a subjectividade decorrente de certas condições mobilizadas no processo investigativo ou pela natureza dos estudos em si, como é o caso de estudos de tipo-qualitativo.

2.4.7 Calendarização

Finalmente, num projecto de investigação, torna-se necessário planificar as actividades de investigação que se irão desenvolver ao longo do processo investigativo, como sejam, o quadro teórico, a concepção e aplicação dos instrumentos, a apresentação e análise de dados, a discussão dos resultados e organização do relatório da investigação.

2.5 Template de um Projecto de Investigação

Sendo um dos propósitos deste manual facilitar uma certa harmonização ao nível metodológico, dentro da UCM, de seguida apresentamos um *Template* com as regras mínimas que o projecto de investigação deve seguir.

2.5.1. Capa e folha de rosto

Na capa deve constar, obrigatoriamente, o nome da instituição, o título centrado no meio da página, o nome do autor, a cidade e data, no final da página.

Na folha de rosto devem constar os elementos da capa, mais a informação relacionada com o curso e a área de estudo, bem como nome do orientador científico (normalmente, esta informação fica do lado direito, logo a seguir ao número de identificação e nome do estudante).

2.5.2. Elementos pré-textuais

Dentro dos vários elementos pré-textuais, referimos, como essenciais, os seguintes:

- (a) Índice
- (b) Lista de abreviaturas
- (c) Índice de tabelas, figuras ou quadros
- (d) Resumo em português e em inglês
- (e) Palavras-chave (português e inglês)

2.5.3. Introdução

Na introdução devem constar, preferencialmente, os seguintes aspectos:

- (a) Breve contextualização da problemática
- (b) Objectivos da investigação
- (c) Hipóteses ou questões de investigação (quando aplicável)
- (d) Metodologia adoptada
- (e) Relevância da investigação
- (f) Estrutura/organização do projecto de investigação.

2.5.4. Quadro teórico


O quadro teórico ou marco teórico é construído em torno da revisão de literatura de especialidade. O seu principal propósito é realizar o “estado da arte” dentro de uma determinada área de conhecimento e, ainda, dar conta dos principais conceitos-chave.

2.5.5. Metodologia

2.5.5.1. Opção metodológica

Dentro desta secção, habitualmente, constam os seguintes elementos:

- (a) Tipo de estudo ou método de estudo
- (b) Universo/amostra ou participantes
- (c) Instrumentos/técnicas de recolha e análise de dados
- (d) Modelo de análise
- (e) Limitações do estudo

 <i>Nota</i>	Há certos estudos, por exemplo na área do direito, em que a parte metodológica faz, apenas referência, ao método de estudo (por exemplo, o método hermenêutico). Quanto às outras componentes, habitualmente relacionadas com a parte empírica, estas não constam dos projectos de investigação, uma vez que a base empírica se reporta, em princípio, à análise documental.
--	--

2.5.5.2. Calendarização

Nesta secção apresentam-se as principais tarefas/actividades de investigação relacionadas com o processo de investigação.

2.5.5.3. Conclusões

Nas conclusões apresentam-se os resultados esperados ou, pelo menos, as principais asserções teórico-práticas que tendem a estruturar o *design* da investigação.

2.5.5.4. Referências bibliográficas

Nas referências bibliográficas devem constar, apenas, as fontes referenciadas/citadas no corpo do texto.

2.5.5.5. Elementos pós-textuais (apêndices/anexos)

Finalmente, caso se aplique, colocam-se os apêndices/anexos. Ter em atenção que os anexos dizem respeito a qualquer tipo de documentação consultada pelo investigador (pesquisa documental), enquanto

os apêndices estão relacionados com os materiais produzidos pelo investigador (instrumentos, protocolos, grelhas, etc.).



Cap. 3 – COMO ELABORAR UM RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO?

Quando a investigação chega ao seu *terminus*, passa-se à organização do relatório da investigação.

Para além dos elementos que constituem a organização, habitual, de um projecto de investigação, há ainda outros elementos que devem constar no relatório final da investigação realizada.

Em primeiro lugar, importa referir que o tempo dos verbos passa do futuro para o passado. No projecto de investigação pretendia-se prever as tarefas/actividades a desenvolver ao longo do processo investigativo. Já no Relatório de Investigação procura-se dar conta do que foi realizado e concretizado em termos do *design* de investigação.

Em segundo lugar, o Relatório de Investigação tem como propósito fundamental recolher evidências empíricas para sustentar a problemática em estudo. Particularmente nos estudos inscritos no enfoque qualitativo, importa salientar, ainda, o papel de que se revestem o contexto e o processo onde decorreu o estudo, uma vez que estas duas dimensões podem contribuir para minimizar os efeitos de subjectividade inerentes a este tipo de estudos (para aprofundar este tema, consultar Lessard-Hérbet, Goyette, & Boutin, 2010).

Em terceiro lugar, o Relatório de Investigação visa divulgar os resultados produzidos em torno de uma problemática estudada. Daí que se torna imperioso ser coerente e, o mais objectivo possível, tanto ao nível da conceptualização, como na parte metodológica. O rigor com que se procura articular estas duas componentes constitui o principal requisito de uma investigação que queira revelar qualidade científica.


3.1. Template de um Relatório de Investigação

Como já foi referido, na UCM, procuramos harmonizar procedimentos, neste caso, no âmbito das metodologias científicas. Assim, para facilitar este processo, apresentamos, de seguida, os principais elementos que devem estruturar/organizar um Relatório de Investigação Científica.

3.1.1. Capa e folha de rosto

Na capa deve constar o nome da instituição, o título centrado no meio da página, o nome do autor, a cidade e data, no final da página.

Na folha de rosto devem constar os elementos da capa, mais a informação relacionada com o curso e a área de estudo, bem como nome do orientado científico (normalmente, esta informação fica do lado direito, logo a seguir ao número de identificação e nome do estudante)

 <i>Nota</i>	Nas Dissertações de Mestrado e nas Teses de Doutoramento, na capa e na folha de rosto, deve constar o logótipo da UCM.
--	---

3.1.2. Elementos pré-textuais

Dentro dos vários elementos pré-textuais, referimos, como essenciais, os seguintes:

- (a) Índice
- (b) Declaração
- (c) Agradecimentos (elemento opcional)
- (d) Lista de abreviaturas (quando se aplicar)
- (e) Índice de tabelas, figuras ou quadros (quando se aplicar)
- (f) Resumo em português e em inglês
- (g) Palavras-chave (português e inglês)

3.1.3. Introdução

Na introdução devem constar, preferencialmente, os seguintes aspectos:

- (g) Breve contextualização da problemática
- (h) Objectivos da investigação
- (i) Hipóteses ou questões de investigação (quando aplicável)
- (j) Metodologia adoptada
- (k) Relevância da investigação
- (l) Estrutura/organização do relatório de investigação

3.1.4. Quadro teórico (revisão da literatura)

No Relatório de Investigação, o quadro teórico deve ser sistematizado e conter duas partes distintas:

- (a) A parte da teoria fundamental e das teorias complementares e afins;
- (b) A parte dos estudos empíricos relacionados com problemática em estudo.

Assim, a revisão de literatura não deve reduzir-se à consulta de manuais ou livros, mas deve, também, cingir-se às revistas científicas e teses de doutoramento, uma vez que, a partir destas, podemos ter contacto com estudos empíricos relacionados com a nossa problemática. Estes estudos são fundamentais para percebermos qual é o “estado da arte”, em termos de estudos empíricos realizados noutros contextos académicos e/ou geográficos.

3.1.5. Metodologia ou Estudo Empírico

3.1.5.1. Opção metodológica

Dentro desta secção, habitualmente, constam os seguintes elementos:

- (a) Tipo de estudo ou método de estudo
- (b) Universo/amostra ou participantes
- (c) Instrumentos/técnicas de recolha e análise de dados
- (d) Modelo de análise
- (e) Limitações do estudo

Nos estudos de caso, deve-se, ainda, apresentar, delimitar e caracterizar o caso em estudo (logo a seguir à secção “Tipo de estudo ou método de estudo”).

3.1.5.2. Apresentação e análise de dados

Nesta secção, apresentam-se os dados e procede-se à sua análise com base em pacotes estatísticos ou com base em modelos de análise mais flexíveis e menos estruturados (como por exemplo, a análise de conteúdo de tipo-narrativo ou etnográfico), na qual se privilegiam o relato das “vozes” ou dos “textos” dos actores entrevistados (para aprofundar este tema, consultar Flick, 2005 e Sampieri, et. al., 2006).

3.1.5.3. Discussão dos resultados

Com esta secção, pretende-se discutir os resultados produzidos no capítulo anterior, tendo como referente interpretativo o quadro teórico construído a partir da revisão da literatura. É partir deste confronto que, particularmente nos estudos enquadrados no enfoque qualitativo, se pode chegar a construções teóricas consistentes ou, pelo menos, coerentes com o contexto empírico estudado.

Já em relação a estudos de tipo-quantitativo, é o momento de confronto entre a significação teórica e a generalização dos resultados produzidos.

3.1.5.4. Conclusões

Nas conclusões, procede-se a uma breve síntese do que foi o percurso de investigação. Procura-se, ainda, dar uma resposta ao problema em estudo e aos seus objectivos, seja a partir das hipóteses formuladas ou das questões de investigação.

Finalmente, face aos resultados obtidos, apresentam-se as limitações ou potencialidades da investigação, gerando possíveis questões de investigação com vista a dar continuidade à sistematização do estudo realizado.

3.1.5.5. Referências bibliográficas

Na UCM, as citações e referências bibliográficas seguem o Modelo das Normas APA (*American Psychological Association*, 6.^a Ed.). Para aprofundar este tema pode-se consultar o último capítulo, deste Manual.

3.1.5.6. Elementos pós-textuais (apêndices/anexos)

Finalmente, o Relatório poderá ter apêndices e/ou anexos. Nos apêndices colocam-se os textos/materiais produzidos pelo investigador (instrumentos de recolha e análise de dados, protocolos, etc.). Nos anexos colocam-se documentos consultados que sustentam a análise empírica.

O critério para colocar estes documentos nos apêndices/anexos é flexível, dependendo do que se pretenda evidenciar como forma de explicitar mais o processo investigativo.



Cap. 4 – COMO ELABORAR UM ARTIGO CIENTÍFICO?

Os artigos científicos são um instrumento essencial para divulgar a produção científica. São, também, uma condição imprescindível para consolidar a carreira de um professor no ensino superior, uma vez que este tende, cada vez mais, a tornar-se, também, num investigador.

Há, fundamentalmente, duas modalidades de artigo científico. Uma em que a investigação é de índole mais quantitativa e outra em que a investigação é mais de índole qualitativa. Contudo, importa, também, referir que pode dar-se o caso de um artigo reflectir, em conjunto, as duas modalidades. Por uma questão metodológica, iremos abordar estas duas modalidades numa mesma secção. No entanto, sempre que necessário proceder-se-á à distinção das duas abordagens.


4.1. Estrutura de um artigo científico

O artigo científico é, hoje em dia, um dos instrumentos mais utilizados para divulgar a investigação científica produzida, quer seja no âmbito dos trabalhos de final de curso (monografias, dissertações ou trabalho de projecto) ou de projectos de pesquisa (bibliográfica ou de campo).

O artigo científico tem, habitualmente, a seguinte estrutura (Azevedo, 2004, pp. 34-40):

- (a) Título do artigo, com a indicação do nome do(s) autor(es), do(s) cargo(s) que ocupa(m) na instituição onde trabalha e contactos (e-mail e/ou endereço postal);
- (b) O resumo, que deve aparecer num tipo de tamanho inferior ao do tipo do corpo do artigo (não ultrapassando uma centena ou centena e meia de palavras). A este propósito importa ter presente que, a maioria das revistas científicas, exige, também, um resumo em inglês (e, por vezes, ainda noutras línguas, como por exemplo, em espanhol);
- (c) As palavras-chave (três a cinco);
- (d) Introdução, que deve incluir, entre outros aspectos: os objectivos ou o problema, as motivações/interesses do estudo, contextualização e relevância do estudo;
- (e) O quadro teórico, onde se apresentam, de forma sumária, outros estudos empíricos relacionados com o problema em estudo;
- (f) A opção metodológica (tipo de estudo, instrumentos e técnicas seleccionados, procedimentos metodológicos e amostra / participantes);


- (g) Apresentação e discussão dos resultados (que no caso de abordagens qualitativas se deve, também, justificar a escolha de determinados participantes ou informantes ou a opção por determinadas unidades de análise);
- (h) Conclusões e recomendações para futuras investigações;
- (i) Referências bibliográficas (onde só devem constar as referências citadas no corpo do artigo). A maioria das revistas científicas adopta, como modelo de referenciação/citação, o modelo das Normas APA.

 <p><i>Nota</i></p>	<p>A escrita de um artigo científico, particularmente no âmbito da realização de investigações empíricas, constitui um exercício de capacidade de síntese. Sendo assim, o artigo deve ter, no máximo, 15 páginas (incluindo as referências bibliográficas).</p>
--	--

4.2. Critérios de elaboração de um artigo científico

A produção de um artigo científico, sobre uma determinada investigação empírica (particularmente no âmbito do mestrado e doutoramento), obedece, habitualmente, a um conjunto de critérios:

- (a) Privilegiar uma linguagem objectiva (evitando expressões como “na minha opinião”, “eu acho que”, “eu acredito que”...);
- (b) Recorrer, na medida do possível, a uma linguagem de teor mais técnico, ainda que sem se refugiar em discursos herméticos, procurar ser claro e rigoroso nos “dados” apresentados (nas investigações de índole mais quantitativa) ou “significados” (nas investigações de índole mais qualitativa);
- (c) Procurar articular as várias secções, organizando-as numa perspectiva holística (estabelecer ligações entre as várias secções do artigo);
- (d) Fundamentar, muito bem (particularmente as investigações de índole qualitativa), os argumentos de ordem subjectiva (explicitando os posicionamentos subjectivos, como por exemplo, as ideologias, os valores, as crenças... do investigador);
- (e) Evitar citações directas dos autores referenciados (sugere-se, como regra, a referenciação do autor/data, resumindo as ideias, teorias ou posicionamentos dos textos lidos).

 <i>Nota</i>	Na elaboração de artigos científicos deve-se evitar, na medida do possível, a transcrição de textos dos autores que fundamentam o discurso de quem está a produzir o artigo. Contudo, importa, também, referir que a interpretação que se faz no quadro de uma revisão de literatura deve ser rigorosa, objectiva e sintética, evitando o discurso opinativo.
--	---

4.3. Exemplo de uma avaliação *peer review*

As revistas científicas, por norma, exigem uma avaliação conhecida por *peer review* (revisão por pares). De seguida, apresentamos um exemplo com indicadores que, habitualmente, são utilizados por esse tipo de revistas.

Quadro 4.1 - Indicadores para apreciação

	YES Sim	It could be better Pode ser melhorado	NO Não	You can comment here Insira os seus comentários
Does the title accurately reflect the content of the Paper? O título reflecte o conteúdo do artigo?				
Is the abstract sufficiently concise and informative? O resumo é suficientemente conciso e informativo?				
Do the keywords provide adequate index entries for this paper? As palavras-chave traduzem adequadamente o conteúdo do artigo?				
In the introduction, is the purpose of the paper clearly stated? Os objectivos e propósito do artigo são devidamente identificados na introdução?				
Does the paper achieve its declared purpose? O artigo dá resposta ao que foi proposto?				
Do the figures and tables aid the clarity of the paper? As figuras e tabelas contribuem clareza ao conteúdo?				
Are the language and syntax of the paper satisfactory? A linguagem do artigo é satisfatória?				
Is the paper concise? (If not, please indicate which parts might be cut?) O artigo é conciso? (Se não, indique que partes poderiam ser cortadas?)				
Does the paper develop a logical argument or a theme? O artigo desenvolve um argumento lógico e coerente?				
Do the conclusions sensibly follow from the work that is reported? As conclusões resultam adequadas do estudo efectuado?				
Are the references authoritative and representative? As referências são credíveis e abrangentes?				
Is the paper interesting or relevant for an international audience? O artigo é interessante e relevante para uma audiência nacional ou internacional?				
Is the paper formatted according to the proposal guidelines? O artigo está formatado de acordo com o <i>template</i> proposto?				

Fonte: adaptado de *Revista Electrónica de Investigación y Evaluación Educativa*. Recuperado (e adaptado) de <http://www.uv.es/RELIEVE/>

4.4. *Template de um artigo científico*

Apresentação

- (a) **Título:** será o mais ilustrativo e conciso possível, escrito primeiro em português e depois em inglês, composto até 9 palavras-chave significativas.
- (b) **Nome, filiação e contacto do autor:** logo a seguir, no campo do lado esquerdo, deve aparecer o nome do autor(es), a sua filiação institucional e o seu contacto (e-mail).
- (c) **Resumo:** será em português (devendo ter entre 150 a 200 palavras) e em inglês (abstract). O resumo deve ter a seguinte estrutura: (i) introdução, onde deve constar o objectivo ou a finalidade da investigação, (ii) metodologia, devendo incluir os procedimentos básicos (desenho, participantes/selecção da amostra ou de casos, métodos e técnicas de colecta e análise de dados), (iii) resultados (mostrando evidências estatísticas e/ou empíricas) e (iv) discussão e/ou conclusões.
- (d) **Palavras-chave:** a seguir ao resumo, devem constar 3 a 5 palavras-chave ou descritores, em português, inglês ou, ainda, em espanhol.
- (e) **Extensão:** para investigações ou estudos, não se deverá ultrapassar as 6.000 palavras; no caso de experiências, relatórios e ensaios, não se deverá ultrapassar as 4.000 palavras. Nos dois casos, inclui-se, neste limite, o título, resumo, palavras-chave, corpo do artigo e referências bibliográficas.
- (f) **Estrutura:** no caso de investigações e estudos, recomenda-se que o artigo inclua os seguintes elementos: (i) formulação do problema ou tema do objecto de estudo, (ii) fundamentação teórica e/ou estudos anteriores, (iii) desenho e metodologia, (iv) apresentação e análise dos resultados, (v) discussão dos resultados e (vi) conclusões e/ou recomendações/limitações do estudo.
- (g) **Esquemas, gráficos, tabelas, etc.:** incluem-se na secção “apresentação e análise de dados”, numerando-se sequencialmente. Importa, todavia, referir que não se deve exagerar no recurso a este tipo de ilustração gráfica, procurando descrever, ainda de que forma sucinta, os resultados produzidos.

- (h) **Notas de rodapé:** enumeram-se sequencialmente ao longo do texto, procurando evitar, tanto quanto possível, o uso das mesmas. Quanto às referências bibliográficas, estas não devem constar nesta secção, mas na lista final, após as conclusões e recomendações/limitações.
- (i) **Referências bibliográficas:** no final do texto devem ser incluídas todas as referências citadas no texto, seguindo as Normas APA (6ª edição).



Cap. 5 – ALGUNS EXEMPLOS DE MODALIDADES DE TEXTOS CIENTÍFICOS E/OU ACADÉMICOS

Neste capítulo, apresentamos alguns exemplos de modalidades de textos científicos e/ou académicos.

Importa, todavia, referir que não se pretende, com estes exemplos, padronizar um modelo para ser aplicado de forma linear. Na realidade, o que se pretende é, tão-somente, ilustrar a diversidade de modalidades de que se pode revestir o texto científico e/ou académico.

5.1. Monografia e Dissertação/Teses

A Monografia (1.º Ciclo), o Trabalho de Projecto (1.º e 2.º Ciclos) e a Dissertação ou Teses (2.º e 3.º Ciclos) procuram desenvolver competências no campo: (a) da teorização e sistematização do conhecimento produzido, (b) da produção de soluções e/ou resolução de problemas sociais e/ou profissionais e (c) do desenvolvimento de competências de aprendizagem ao longo da vida. Por isso dependendo do enfoque, da natureza da pesquisa ou do objecto de estudo, a produção de conhecimento pode ter várias finalidades.

5.1.1. Monografias (1.º Ciclo)

As Monografias visam, essencialmente, teorizar e sistematizar (ou, por outras palavras, dar conta do “estado da arte”) uma área científica ou disciplinar relacionadas com uma determinada formação académica. O texto produzido é, sobretudo, de natureza monográfica, dando particular relevância à revisão de literatura de uma determinada área científica ou disciplinar.

Os principais procedimentos a seguir são, entre outros, os seguintes:


- (a) Partir de um problema ou asserção (teórica)
- (b) Realizar pesquisa bibliográfica
- (c) Construir um quadro teórico
- (d) Escolher a metodologia mais ajustada
- (e) Dar resposta ao problema ou verificar a pertinência da asserção teórica.

5.1.2. Dissertações/Teses (2.º e 3.º Ciclos)

As Dissertações inscrevem-se no quadro da chamada “investigação de natureza académica”, isto é, procura produzir conhecimento teórico a partir da articulação entre um quadro teórico e um processo de recolha, análise e interpretação de dados empíricos. A sua principal finalidade visa produzir conhecimento a partir de um “problema”. Este tipo de modalidade de investigação destina-se, preferencialmente, àqueles que pretendem seguir a via académica.

Os principais procedimentos a seguir são, entre outros, os seguintes:

- (a) Formular e contextualizar o problema;
- (b) Realizar a revisão de literatura (teoria ou teorias e estudos empíricos);
- (c) Fundamentar a opção metodológica (quer em termos de enfoque qualitativo e/ou quantitativo, quer em termos de tipos/métodos de estudo);
- (d) Fundamentar os procedimentos de aplicação dos instrumentos e técnicas de recolha, análise e interpretação dos dados;
- (e) Seleccionar o universo/amostra do estudo (caso se aplique);
- (f) Apresentar e analisar os dados;
- (g) Discutir os resultados (à luz do quadro teórico);
- (h) Apresentar as principais conclusões e sugerir recomendações para investigações futuras.

 <i>Nota</i>	As Dissertações/Teses são uma modalidade de pesquisa que permite o aprofundamento, a teorização e a sistematização de uma determinada área científica ou disciplinar.
--	--



Cap. 6 - RECURSOS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Esta secção está organizada em três partes: (a) na primeira, apresentamos alguns dos recursos electrónicos com vista a facilitar a pesquisa científica; (b) na segunda, sugerimos alguns instrumentos para realizar pesquisa científica; (c) finalmente, na terceira, indicamos alguns procedimentos e exemplos para citar/referenciar os autores nos textos, optando por seguir as Normas APA (6.ª Edição).

Para além dos habituais recursos tradicionais (bibliotecas, arquivos ou centro de recursos), nesta secção, sugerimos alguns recursos electrónicos (por exemplo, bases de dados digitais, internet, revistas electrónicas, repositórios científicos...) que podem facilitar o processo de pesquisa científica.

6.1 – Pesquisa de informação na Internet

Há, cada vez mais, bases de dados disponíveis por área científica e disciplinar. O nosso propósito não é apresentar uma lista exaustiva. Sendo um Manual, do que se trata é de sugerir uma metodologia para facilitar o acesso às fontes bibliográficas. Contudo, importa, antes de mais, seguir alguns procedimentos para ter sucesso nesta árdua e difícil tarefa, particularmente em relação à pesquisa na internet (Martínez, Montero & Pedrosa, 2010):

- (a) Triangular, na medida do possível, a recolha dos diferentes sítios *Web* (integração);
- (b) Partir da informação inicial para, posteriormente, realizar buscas mais aprofundadas e delimitadas em relação ao tema/problemática de pesquisa (aprofundamento);
- (c) Comparar a informação recolhida com outras fontes disponíveis, particularmente em sítios *Web* ligados às universidades (contraditório);
- (d) Recorrer, na medida do possível, a fontes credíveis para averiguar a qualidade e a pertinência científicas (fiabilidade).

Para Weitzel (2002) importa avaliar, também, o conteúdo da informação, respeitando alguns critérios:

- (a) autoridade;
- (b) actualidade;
- (c) cobertura/contéudo;

- (d) objectividade;
- (e) precisão;
- (f) usabilidade.

6.2 – Exemplos de ferramentas disponíveis na Internet

Com a utilização da Internet há inúmeras possibilidades de pesquisar informação séria, pertinente e rigorosa:

- (a) O *Google Académico*. Recuperado de <http://scholar.google.pt/>.
- (b) O *Google Books*. Recuperado de <http://books.google.pt/>.
- (c) Catálogo *online*. Recuperado de <http://www.pluraeditores.co.mz/>.
- (d) Biblioteca *online*. Recuperado de <http://biblioteca.universia.net/>.
- (e) Biblioteca do conhecimento *online*. Recuperado de <http://www.b-on.pt/>.


6.3 – Exemplos de bases de dados (electrónicas)

As bases de dados são um excelente instrumento de pesquisa, particularmente para os que queiram realizar uma Dissertação (mestrado ou doutoramento). Em pouco tempo, consegue-se aceder a multiplicidade de fontes relacionadas com uma determinada problemática ou objecto de estudo.

A título de exemplo, sugerimos algumas:

- **LATINDEX** (Sistema de informação que disponibiliza revistas científicas que são publicadas nos países da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal). Recuperado de <http://www.latindex.unam.mx/>.
- **REDALYC** (Base de dados que agrega um conjunto de revistas científicas em formato electrónico). Recuperado de <http://redalyc.uaemex.mx/>.
- **DIALNET** (Base de dados que disponibiliza dissertações e revistas electrónicas, por área disciplinar). Recuperado de <http://dialnet.unirioja.es/>.
- **SCIELO** (Base de dados que disponibiliza artigos científicos, por área disciplinar). Recuperado de <http://www.scielo.org/php/index.php>.
- **NCBI Bookshelf** (Colecção de livros de Biomedicina da PubMed). Recuperado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/books>.

- **BIOMED** (The open access Publisher). Recuperado de <http://www.biomedcentral.com/>.
- **MERLOT** (Recursos educativos multimédia relacionados com o ensino e a aprendizagem). Recuperado de <http://www.merlot.org/merlot/index.htm>.
- **DOAJ** (Directory of Open Access Journals). Recuperado de <http://www.doaj.org/>.
- **UN** (Libraries, catalogues, and publications services of United Nations system). Recuperado de <http://www.unsystem.org/en/libraries/index.html>.
- **BOCC** (Biblioteca Online das Ciências da Comunicação). Recuperado de <http://www.bocc.uff.br/>.
- **DATAJURIS** (Base de dados em Direito). Recuperado de <http://www.datajuris.pt/baseDados.php>.
- **AGROPORTAL** (Bases de dados em Agricultura). Recuperado de <http://www.agroportal.pt/Referencia/bdados.htm>.
- **AGRICULTURA BIOLÓGICA** (bases de dados). Recuperado de http://www.dgadr.pt/sementes/sementes_search.asp.
- **INFORMÁTICA** (bases de dados). Recuperado de <http://vlib.org/Computing>.
- **EDUCAÇÃO** (base de dados). Recuperado de <http://www.voced.edu.au/>.
- **UNESCO** (base de dados). Recuperado de <http://www.ibe.unesco.org/en/services/online-materials/databases.html>.
- **ENGENHARIA ALIMENTAR** (bases de dados). Recuperado de <http://biblioteca.ulusofona.pt/index.php/areas/43-engenharias/633-engenhariaalimentar>.

 <p>Nota</p>	<p>Nas Normas APA, os documentos consultados <i>online</i> devem referir o dia em que foram consultados (recuperados) já que, como acontece por vezes, poderá deixar de estar acessível. Assim, garantimos que naquela data o documento estava <i>online</i>.</p>
---	---


6.4 – Revistas electrónicas

Para além das revistas científicas, em formato de papel, que normalmente existem nas bibliotecas das universidades (e noutros locais), com a facilidade proporcionada pela internet, existem, cada vez mais,

revistas científicas publicadas em formato electrónico. Importa, antes de mais, que o valor científico deste tipo de publicação é equivalente ao das revistas convencionais. O que determina o rigor e a qualidade científicos são os critérios adoptados por cada uma delas, bem como o reconhecimento que as mesmas acabam por ganhar em termos de consulta.

A título de exemplo, vamos indicar um conjunto de revistas que podem consultar, nos mais diversos domínios científicos e disciplinares:

- **Revista Electrónica de Investigación e Desenvolvimento** da Universidade Católica de Moçambique. Recuperado de <http://reid.ucm.ac.mz/index.php/reid>.
- Caderno de estudos Africanos. Recuperado de <http://cea.revues.org/>
- Plataforma de acesso aberto de revistas Latinas e Américo-latinas. Recuperado de <http://www.erevistas.csic.es/index.php>
- Revistas Electrónicas da PUC-SP. Recuperado de <http://revistas.pucsp.br/>
- Portal de revistas científicas (Geral), em formato electrónico. Recuperado de <http://www.ergobservatory.info/ejdirectory.html>.
- Portal de revistas científicas (Geologia). Recuperado de (<http://www.agiweb.org/georef/about/openaccess.html>).
- Portal de revistas científicas (Saúde). Recuperado de <http://revistas.ucm.es/index.php/RICP/issue/current/showToc>.
- Portal de revistas científicas (Educação). Recuperado de <http://revistas.ucm.es/index.php/RCED/issue/current/showToc>.
- Portal de revistas científicas (Economia). Recuperado de <http://revistas.ucm.es/index.php/REVE/issue/current/showToc>.


 <i>Nota</i>	<p>As Revistas Científicas, em formato electrónico, assumem um papel cada vez mais relevante no processo de divulgação e publicação científicas. A UCM, brevemente, também irá criar a sua própria revista neste tipo de formato.</p>
--	--

6.5 – Repositórios científicos

Os Repositórios Científicos ganham, cada vez mais, maior visibilidade em termos de divulgação da actividade científica das próprias universidades. Para além de possibilitarem, na maioria das vezes em regime de acesso aberto, a divulgação das Dissertações de Mestrado e Doutoramento, também permitem que os seus próprios docentes possam divulgar a sua produção científica publicada noutras revistas científicas.

A título de exemplo, sugerimos alguns repositórios científicos:

- **Repositório Científico da Universidade Católica de Moçambique.** Recuperado de <http://repositorio.ucm.ac.mz/>.
- Directório Luso-Brasileiro de Repositórios e Revistas em Acesso Aberto – Recuperado de <http://diretorio.rcaap.pt>
- The Open Access Map. Recuperado de <http://www.openaccessmap.org>.
- Digital Repository Infrastructure Vision for European Research (DRIVER). Recuperado de <http://search.driver.research-infrastructures.eu>
- Repositórios Científicos das universidades portuguesas. Recuperado de <http://www.uc.pt/fcdef/documentosbiblioteca/Bibliotecadigital/Repositorio/>.
- Repositório Científico de Acesso Aberto em Portugal. Recuperado de <http://www.rcaap.pt/>.
- Repositório Científico das Universidades Moçambicanas. Recuperado de <http://www.saber.ac.mz/handle/10857/2>.
- Repositório Científico de Energia e Geologia. Recuperado a 11 de Novembro de 2012 em <http://repositorio.lneg.pt/>.
- Repositório Científico FAO. Recuperado de <http://www.fao.org/documents/en/docrep.jsp;jsessionid=64FD9DDD160C99C79DoEFFB860516103>.

 <p><i>Sugestão</i></p>	<p>Os Repositórios Científicos são um excelente instrumento para divulgar a produção científica dos docentes/discentes. A UCM também irá disponibilizar esta ferramenta de modo a darmos visibilidade do que se faz em termos de actividade científica. Permitindo, ainda, o acesso fácil para quem queira consultar esse material científico.</p>
--	--



Cap. 7 - PROCEDIMENTOS E EXEMPLOS PARA APLICAR AS NORMAS APA

Há vários modelos para citar / referenciar as fontes bibliográficas: Numérico-Alfabético, por ordem de Menção, Notas de Rodapé, Norma Portuguesa: NP-405-1, APA, entre outros. A opção pela utilização das Normas APA justifica-se pelo facto de tender a ser o mais usado em termos internacionais. Basta consultar a maioria das revistas científicas e até Dissertações (mestrado/doutoramento) para constatar que o modelo dominante é o modelo das Normas APA. A UCM, querendo, também, afirmar-se não só ao nível nacional, mas ao nível internacional, opta por aplicar este modelo em todas as Unidades Básicas e nos seus respectivos Centros de Investigação. De seguida, sugerimos alguns procedimentos para utilizar as Normas APA, ilustrando com alguns exemplos.

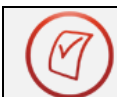
As orientações para referências e citações aqui fornecidas estão de acordo com as Normas *American Psychological Association* (APA) (6.ª ed.).

7.1. – Procedimentos para uso das Normas APA

O sistema de referência bibliográfica que orienta a normativa APA é o sistema, também conhecido, como “sistema nome e ano”, isto é, após uma transcrição ou paráfrase, deve apresentar-se entre parênteses curvo o apelido, o ano e a página (particularmente, no caso das transcrições). De seguida, damos exemplos das diversas formas de citação/referência bibliográficas.

7.2 – Citações (indirectas)

Uma citação num texto académico (ou artigo) necessita da inclusão do nome do autor da fonte (frequentemente nas frases que introduzem o material citado), da data de publicação e um número de página entre parêntesis (se for o caso).




Exemplo

A investigação de índole mais qualitativa não visa validar teorias ou testar hipóteses, mas construir novas teorias a partir de estudos empíricos (Flick, 2005).

Nota: no texto referido, só aparece o autor e data uma vez que a ideia do autor é resumida e interpretada por quem o citou. Estamos, portanto, perante uma citação indirecta. No exemplo a seguir, apresentamos uma citação na forma de «transcrição» (citação directa):


A investigação, numa abordagem qualitativa, tem, na sua base, algumas genealogias socio-históricas:

 <i>Exemplo</i>	(...) a tradição do interaccionismo simbólico, preocupado com os significados subjectivos e as atribuições individuais de sentido; a etnometodologia, interessada nas rotinas do quotidiano e na sua criação; e as posições estruturalistas ou psicanalíticas, que exploram os processos do inconsciente psicológico ou social (Flick, 2005, p. 17).
---	---

Nota: se a frase que apresenta o material a ser citado não referir o autor, deve ser colocado no final, após a citação, utilizando vírgulas entre os vários itens (como se pode constatar no exemplo acima referido).


Contudo, se o autor aparece, explicitamente, na frase, apenas se coloca a página no fim (conforme exemplo referido a seguir).

Flick (2005), ao abordar alguns dos pressupostos epistemológicos da abordagem qualitativa, considera que se torna difícil de pretender chegar a objectividade preconizada pela corrente do positivista:

 <i>Exemplo</i>	Ao reconstituir-se uma vida em resposta a uma questão concreta, elabora-se e interpreta-se uma versão da experiência. Em que medida a vida e as suas experiências efectivamente acontecem da forma relatada é algo que não se pode verificar. (...) A investigação qualitativa, que assume como princípio metodológico a compreensão obtida com diferentes procedimentos metodológicos, está desde o início confrontada com a construção da realidade feita pelo seu 'objecto'. A experiência não é meramente espelhada em narrativas ou textos produzidos sobre ela no âmbito da Ciência Social (pp. 36-37).
---	--


Nota: neste exemplo, acabado de mencionar, constatamos, ainda, que pelo facto de ser uma citação longa não leva aspas ("..."), nem se coloca em itálico. Na normativa APA, quando estamos perante uma transcrição longa (mais de 40 palavras), deve-se mudar de parágrafo e avançar alguns espaços a direita, apresentando o material transcrito com um tipo de caracteres menor do que o utilizado no restante do texto e mediante espaço simples. Ainda, neste exemplo, podemos verificar que a citação apresentada começou numa página e passou para próxima, neste caso, tem que se colocar as duas páginas (pp.).

As citações que agregam mais de um autor, quando os mesmos não se encontram na frase do texto produzido, devem ser separadas pelo «e comercial» (&).


 <i>Exemplo</i>	A investigação de índole mais qualitativa minimiza os efeitos da subjectividade, inerente a este tipo de estudo, através da explicitação do processo e do contexto onde decorreu a pesquisa científica (Léssart-Herbet, Goyette & Boutin, 2010).
---	---

Nota: a utilização do & (chamado *e comercial*) para ligar dois ou mais autores, só se faz nas citações entre parênteses e na lista final da bibliografia. Dentro do texto não deve ser usado, sendo substituído pelo «e» habitual.

As citações de citações devem ser referidas de acordo com o exemplo a seguir:


 <i>Exemplo</i>	Para Lincoln e Guba (1985, citado por Flick, 2005): O relatório de pesquisa – com a sua exposição e reflexão sobre os procedimentos metodológicos, com todas as suas narrativas sobre o acesso e as autoridades no terreno, com o registo de variados materiais, com a sua transcrição das observações e conversas, interpretações e inferências teóricas – é a única base para responder à questão da qualidade da investigação (p. 251).
---	---

Nota: as Normas APA, neste tipo de transcrição longa, exigem que a indicação da página seja inserida após o ponto final. No exemplo referido, vê-se, também, uma outra particularidade: a citação é de uma transcrição indirecta, isto é, o autor que se encontra entre parênteses é que citou os autores que se encontram no texto. Neste caso deve utilizar-se «citado por». A página referida no final da citação é do Flick (2005). É este quem transcreve a citação de Lincoln e Guba (1985). Se pretendermos localizar esta citação indirecta, temos que consultar a obra daquele autor.

 <i>Nota</i>	Desaconselha-se o uso de expressões latinas como «idem, ibidem, id, ibid». Sempre que se repita o autor nos parágrafos seguintes deve-se colocar o mesmo (os mesmos) dentro de parênteses com a respectiva data e página, se for o caso.
--	---


7.3 – Citações simultâneas

As citações simultâneas de várias obras (ou artigos) são separadas por ponto e vírgula.

 <i>Exemplo</i>	<p>As metodologias de investigação de índole qualitativa privilegiam o sentido que os actores atribuem aos fenómenos sociais (Flick, 2005; Lessart-Hérbet, Goyette & Boutin, 2010; Lincoln & Denzin, 2000).</p>
---	---


Nota: repare-se que o texto resume a perspectiva dos vários autores citados entre parênteses. Refira-se, ainda, que os autores aparecem por ordem alfabética.

Quando a citação envolver mais que dois autores e menos de seis, na primeira citação deverão aparecer todos. Posteriormente, nas citações seguintes destes autores, deverá, apenas, a aparecer o primeiro nome acompanhado da expressão «et al.».

 <i>Exemplo</i>	<p>O que melhor caracteriza e identifica a investigação-acção (I-A) é o facto de se tratar de uma metodologia de pesquisa, essencialmente prática e aplicada, que se rege pela necessidade de resolver problemas reais. Com investigação há uma acção que visa a transformação da realidade, e, conseqüentemente, produzir conhecimentos a partir das transformações resultantes da acção (Coutinho, Sousa, Bessa, Ferreira & Vieira, 2009, p. 8).</p> <p>A investigação-acção crítica ou emancipadora vai para além da acção pedagógica, intervindo na transformação do próprio sistema, procurando facilitar a implementação de soluções que promovam a melhoria da acção. O grupo assume colectivamente a responsabilidade do desenvolvimento e transformação da prática. Se houver um facilitador externo, deverá assumir temporariamente um papel de moderador, ajudando a problematizar e modifica as praticas e identificar e desenvolver os seus auto-entendimentos. As responsabilidades pela mudança são assumidas em conjunto (Coutinho et al., 2009, p. 11).</p>
---	--

Nota: na lista final das referências devem incluir-se os nomes de todos os autores.


Se o autor for um órgão governamental ou outra organização corporativa (corporações, associações, grupo de estudos) use o nome da organização na frase que apresenta o material a ser citado ou entre parênteses, na primeira vez que citar a fonte. Posteriormente, refira as siglas desse organismo.

 <i>Exemplo</i>	<p>O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2012) reafirma os compromissos assumidos internacionalmente no quadro da Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres. [primeira citação]</p> <p>O CMCPLP (2012) reitera, ainda, a importância de continuar a implementar o Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres, adoptado em Luanda a 11 de Maio de 2011. [segunda citação e seguintes]</p>
---	---

Nota: nas citações de textos em formato electrónico publicados na Internet, deve evitar-se a citação de fontes que não sejam credíveis e fiáveis, do ponto de vista científico. Assim, recomenda-se que, preferencialmente, se recorram a textos publicados em revistas científicas em formato electrónico, em repositórios científicos das universidades ou instituições de reconhecimento nacional e internacional (por ex., Portais do Governo, UNESCO, etc.).

7.4 – O identificador da obra nas citações no texto


As Normas APA admitem três formatos para os identificadores das citações incorporadas nos textos produzidos. Assim, perante uma ideia retirada de uma obra citada, podemos citar das seguintes formas:

 <i>Exemplo</i>	<p>Guerra (2006) considera que o termo “amostra” não se deveria aplicar na análise qualitativa, pelo facto de estar associado a uma representatividade estatística.</p> <p>Na análise qualitativa a “amostra” (ou por outras palavras, a selecção dos participantes) visa uma “representatividade social”, isto é, o propósito não é representar um determinado universo (populacional), mas “representar” o ponto de vista dos actores no contexto do seu posicionamento social (e/ou profissional) (Guerra, 2006).</p> <p>“A questão central que se coloca na análise compreensiva não é a definição de uma imensidade de sujeitos estatisticamente “representativos”, mas sim uma pequena dimensão de sujeitos “socialmente significativos”, reportando-os à diversidade de culturas, opiniões, expectativas e à unidade do género humano” (Guerra, 2006, p. 20).</p>
---	--

Nota: perante a mesma ideia, nós procurámos usar diversas formas de citar o ponto de vista da autora (quer parafraseando, quer transcrevendo).

7.5 – Diplomas legais

A citação / referenciação dos documentos jurídicos nas Normas APA obedece a algumas especificidades. Por exemplo, para citar uma Lei, Decreto-Lei ou outro Diploma, devem seguir-se estes procedimentos:


 <i>Exemplo</i>	<p>O artigo 14.º da Lei n.º 27/09, de 29 de Setembro (Lei do Ensino Superior) estabelece que...</p> <p>O artigo 2.º do Código de Estrada prevê multas para certos casos que a seguir se mencionam....</p> <p>O Decreto n.º 60/2007, de 17 de Dezembro, ao abrigo do disposto na alínea b), n.º 2 do artigo 204 (Constituição da República de Moçambique) estipula que...</p>
---	--

Nota: na lista final bibliográfica a referência completa deve seguir as Normas APA aplicadas a outras fontes, em geral.


7.6 – Referências bibliográficas finais

Nas referências finais de um texto produzido, de acordo com as Normas APA, devem constar, pelo menos, cinco elementos:

- a) Autor(es)
- b) Ano de publicação
- c) Título
- d) Cidade
- e) Editora

 <i>Exemplo</i>	<p>Vilelas, J. (2009). <i>Investigação: O processo de construção do conhecimento</i>. Lisboa: Edições Sílabo.</p>
---	---


De seguida apresentamos vários exemplos ilustrativos contendo estes e outros elementos que devem constar na lista final das referências bibliográficas.

 <i>Exemplo</i>	<p>Flick, U. (2005). <i>Métodos qualitativos na investigação científica</i>. Lisboa: Monitor.</p> <p>Lessard-Hérbet, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2010). <i>Investigação qualitativa. Fundamentos e práticas</i> (4.ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.</p> <p>Guerra, I. (2006). <i>Fundamentos e processo de uma sociologia de acção</i> (2.ª ed.). Estoril, Portugal: Principia.</p>
---	---

Nota: esta é a regra geral para apresentar as referências finais. Contudo, há excepções. De seguida, enumeram-se algumas.


7.7 – Livro colectivo

No livro colectivo, em princípio, refere-se o autor (ou os autores) que foi responsável pela edição (Ed. / Eds.), coordenação (coord. / Coords.) ou organização (Org. / Orgs.).

 <i>Exemplo</i>	<p>Lincoln, Y. S., & Denzin, N. K. (Eds.). (2000). <i>Handbook of qualitative research</i> (2.ª ed.). London: Sage.</p>
---	---


7.8 – Capítulo em livro colectivo

No capítulo em livro o título principal, que vem a itálico, é de quem edita, coordena ou organiza a obra.

 <i>Exemplo</i>	<p>Frazão, A. A. (2000). Comunicação educadora-criança e actividade simbólica: Estudo comparativo da interacção e do jogo simbólico em crianças normais e crianças com síndrome de Down. Em F. R. Leitão (Org.), <i>A intervenção precoce e a criança com síndrome de Down: Estudos sobre interacção</i> (pp. 85-115). Porto, Portugal: Porto Editora.</p>
---	--


7.9 – Mais de dois e até sete autores

Nas obras, entre dois e sete autores, apresentam-se todos os autores, até seis, seguido de vírgula e “&” e último autor.

 <i>Exemplo</i>	Teodorescu, L., Curado, J., Silva, A., Azevedo, C., Marques, J., Costa, B., & Santos, R. (1984). <i>Problemas de teoria e metodologia nos jogos desportivos</i> . Lisboa: Livros Horizonte
---	--

7.10 – Mais de sete autores


Nas obras com mais de sete autores, apresentam-se todos os autores, até seis, seguido de vírgula e reticências e último autor.

 <i>Exemplo</i>	Benavente, A., Silva, R., Gomes, P., Aníbal, A., Guerra, B., Santos, P., ... Simões, C. (1987). <i>Do outro lado da escola</i> . Lisboa. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
--	---

7.11 – Artigo em revista científica


Nos artigos publicados em revista científica, nas referências finais, segue-se a seguinte ordem (Azevedo, 2004, 128):

- a) Último nome do primeiro autor, vírgula, outras iniciais em abreviatura, vírgula, & comercial seguido do último nome do segundo autor, vírgula, outras iniciais em abreviatura seguidas da data entre parênteses, ponto final.
- b) Nome do artigo com inicial maiúscula só na primeira palavra, ponto final.
- c) Nome da revista em itálico com iniciais maiúsculas nas palavras principais, vírgula, número da revista em itálico, vírgula, primeira e última página do artigo separadas por hífen, ponto final.

 Exemplo	Zabalza, M. (2011). El practicum en la formación universitaria: estado de la cuestión. <i>Revista de Educación</i> , 354, 21-43.
--	--


7.12 – Dissertação de mestrado / doutoramento

As dissertações de mestrado / doutoramento são, hoje em dia, uma das bases que qualquer investigador utiliza, uma vez que estas dão conta das últimas pesquisas sobre uma determinada área científica ou disciplinar.

 Exemplo	Faria, L. C. (2008). <i>A eficácia da consulta psicológica vocacional de jovens: estudo do impacto de uma intervenção</i> (Tese de doutoramento). Universidade do Minho, Braga, Portugal. Recuperado de http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8502 .
--	---


7.11 – Relatórios (no âmbito de organismos institucionais ou outros)

Os Relatórios publicados pelos organismos governamentais ou outros referenciam-se do seguinte modo:

 Exemplo	UNESCO (2007). <i>Global Report on Adult and Learning Education</i> . Hamburgo: UIL.
--	--

7.13 – Comunicações em congressos

As comunicações em congressos (colóquios, jornadas, etc.) referenciam-se da seguinte forma:

 Exemplo	Guarda, T., & Pinto, F. (2009, junho). <i>Data pre-processing issues: A case study for database marketing</i> . Comunicação apresentada na Conferência, CISTI 2009 - 4ª Conferência Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação, Póvoa do Varzim, Portugal.
--	---


7.14 – Referências electrónicas

Nas fontes electrónicas os principais procedimentos a ter em conta são os seguintes: (a) artigo publicado em Revista Electrónica; (b) documento ou livro publicado na Internet; (c) documento acessível em Departamento de Universidade; (d) relatório acessível na Internet; (e) comunicação apresentada em congresso, acessível na Internet.


Antes de apresentarmos as diversas formas de referenciar as fontes electrónicas, indicamos um exemplo onde se transfere o modelo de referenciação de um revista em formato de papel para ser disponibilizada em formato electrónico:

 Exemplo	Lee, C. (2010, novembro 18). <i>How to cite something you found on a website in APA style</i> . Recuperado de http://blog.apastyle.org/apastyle/social-media/ .
--	---


Neste exemplo, temos uma revista electrónica:

 Exemplo	Évora, Y. (2004). As possibilidades de uso da internet na pesquisa em enfermagem. <i>Revista Electrónica de Enfermagem</i> , 6(3). Recuperado de http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/833/9744 .
--	--


Neste exemplo, temos um artigo de revista (em formato de papel), alojado numa Base de Dados Científica:

 Exemplo	Costa, F. (2011). Cultura e desenvolvimento: Reflexões em torno do conceito de bacia cultural. <i>Economia Global e Gestão</i> , 16, 105-128. Recuperado de http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci-arttext&pid=S0873-74442011000100007&lng=pt&nrm=isoo .
--	---

Neste exemplo, temos teses de doutoramento disponibilizadas em Repositório Aberto:

 Exemplo	<p>Guerra, J. (2011). <i>Municípios, participação e sustentabilidade: dinâmicas locais de imperativos globais</i>. Tese de Doutoramento não publicada. Lisboa: Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa. Recuperado de http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4755.</p>
--	--

Neste exemplo, temos um documento que se encontra disponível no Portal da UNESCO:

 Exemplo	<p>UNESCO (2010). <i>Literacy initiative for empowerment (life)</i>. Recuperado de http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002147/214701E.pdf.</p>
--	---



CONCLUSÃO

O presente Manual, como já tivemos oportunidade de referir, não tem como propósito substituir os diversos manuais de pesquisa existentes. O que se pretende é harmonizar alguns procedimentos, particularmente no âmbito da pesquisa científica (recorrendo mormente aos recursos electrónicos) e, sobretudo, no campo da divulgação e publicação da actividade realizada na UCM.

Dos capítulos 1 a 4, procurámos realçar os procedimentos básicos do processo investigativo (projecto de investigação, relatório de investigação e artigos científicos). No capítulo 5, sugerimos alguns instrumentos electrónicos para realizar pesquisa científica e indicámos alguns dos procedimentos a ter em conta na aplicação das Normas APA.

Os autores estão confiantes que este Manual irá completar os outros instrumentos de pesquisa já existentes (até por questões de especificidade).

O lema que presidiu à concepção do presente Manual foi, sobretudo, procurar actualizar os *modos de fazer* pesquisa científica, dando particular relevo à pesquisa realizada através dos meios electrónicos que, cada vez mais, estão ao nosso dispor. Trata-se de investir na pesquisa científica, privilegiando o uso das tecnologias da informação e comunicação que, cada vez mais, estão presentes nos processos formativos dos estudantes que frequentam o ensino superior moçambicano.

Finalmente, apresentamos os principais procedimentos para utilizar as Normas APA (6.ª Edição).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

American Psychological Association (2010). *Publication manual of the American psychological association* (6ª ed.). Washington, DC: APA Books.

Azevedo, M. (2004). *Teses, relatórios e trabalhos escolares. Sugestões para a estruturação da escrita* (4ª ed.). Lisboa: Universidade Católica Editora.

Baptista, I. (2005). *Capacidade ética e desejo metafísico – uma interpelação à razão pedagógica*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Barros, P. (2009, Outubro). A investigação-acção como estratégia de supervisão/formação e inovação educativa: um estudo de meta análise de contextos de mudança e produção de saberes. In *Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. Recuperado de <http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/congreso/Xcongreso/pdfs/t3/t3c48.pdf>.

Barros, A. & Leheld, N. (1999). *Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica*. São Paulo: Makron Books.

Canastra, F. (2009). O perfil formativo-profissional do(a) educador(a) social – Uma experiência de investigação a partir do enfoque biográfico-narrativo. In *Revista Iberoamericana de Educación*. Recuperado de <http://www.rieoei.org/2614.htm> [2014, 10 de Outubro].

Carmo, H., & Ferreira, M (2008). *Metodologia da investigação: Guia para a Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Ceia, C. (s.d.). *Guia para recensões*. Recuperado de http://www.fcs.unl.pt/docentes/cceia/index.php?option=com_content&view=article&id=8&Itemid=13

Comissão Europeia (2011). *Modernisation of higher education in Europe: funding and the social dimension*. Recuperado de http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic_reports/131EN.pdf.

Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2012). In *IX Conferência de Chefes de estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Recuperado de <http://www.cplp.org/>.

Constituição da República de Moçambique (2004). Maputo.

Coutinho, C., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. & Vieira, S. (2009). Investigação-acção: Metodologia preferencial nas práticas educativas. *Psicologia, Educação e Cultura*, 12 (2), 455-479.

Domingas, A. (2012). *Estratégias de Comunicação Usadas na Captação de Novos Ingressos – O Caso da Faculdade de Educação e Comunicação*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação e Comunicação da Universidade Católica de Moçambique, Nampula.

Évora, Y. (2004). As possibilidades de uso da internet na pesquisa em enfermagem. *Revista Electrónica de Enfermagem*, 6 (3). Recuperado de <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/831/974>.

Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.

Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

Guerra, I. (2000). *Fundamentos e processo de uma sociologia de acção*. Estoril, Portugal: Principia.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Estoril, Portugal: Principia.

Gutiérrez, A. (2003). *La intervención socioeducativa como proceso de investigación*. Madrid: Nau Llibres.

Kelle, U. & Erzberger, C. (2002). Quantitative and qualitative methods: no confrontation. In U. Flick, E. Kardoff & I. Steinke (eds.), *Qualitative research: a handbook*. London: Sage.

Latorre, A. (2006). *La investigación-acción*. Barcelona: Graó.

Le Boterf, G. (2011). *Ingénierie et évaluation des compétences*. Paris: Editions d'Organisations.

Lei do Ensino Superior de Moçambique (2009). Maputo.

Lessard-Hérbet, M., Goyette, G. & Boutin, G. (2010). *Investigação qualitativa. Fundamentos e práticas* (4ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.

Lewin, K. et al. (2006). *La investigación-acción participativa: inicios y desarrollos*. Barcelona: Graó.

Lincoln, Y. S., & Denzin, N. K. (Eds.). (2000). *Handbook of qualitative research* (2ª ed.). London: Sage.

Mack, N., et al. (2005). *Qualitative research methods: a data collector's field guide*. Carolina do Norte: Family Health International.

Martínez, R. D., Montero, Y. H. & Pedrosa, M. E. (2010). Creencias epistemológicas, estrategias de búsqueda de información y criterios para validar la información de la web. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, 12 (1). Recuperado de <http://redie.uabc.mx/vol12no1/contenido-mtnzmontero.html>.

Sáez, J. (Coord.). (2007). *Pedagogía social*. Madrid: Pearson Prentice Hall.

Sampieri, H., Collado, C. & Lucio, P. (2006). *Metodología de pesquisa* (3ª ed.). São Paulo: McGraw –Hill.

UNESCO (2010). *Literacy initiative for empowerment (life)*. Recuperado de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002147/214701E.pdf>.

Vilelas, J. (2009). *Investigação: O processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Zabalza, M. (2011). El practicum en la formación universitaria: estado de la cuestión. *Revista de Educación*, 354, 21-43.